

## 2) Estudios Globales y regionales en perspectiva comparada

### **Globalização, descentralização e poder local em uma perspectiva comparada: as Instituições Municipais de Ensino Superior - IMES - do Estado de São Paulo**

Martha Abrahão Saad Lucchesi<sup>1</sup>  
Universidade de São Paulo<sup>2</sup>  
[mgrlucchesi@uol.com.br](mailto:mgrlucchesi@uol.com.br)

Este trabalho apresenta uma pesquisa sobre as Instituições Municipais de Ensino Superior - IMES - do Estado de São Paulo, no contexto do ensino superior global/nacional/local, em uma perspectiva comparada, a partir dos dados oficiais (quantitativa) e revisão bibliográfica e documental (qualitativa). Na interação entre a teoria e a pesquisa, os dados e a evidência, pretende compreender a lógica da agenda nacional das políticas educacionais para o ensino superior no Estado de São Paulo, pela análise da realidade local frente à sociedade global, a partir de autores, como Appadurai (1966), Bobbio (1997), Carnoy (2006), Tourriñán (2004) e outros. Evidencia-se que, a ampliação do acesso e democratização do ensino superior passam obrigatoriamente pelo ensino municipal (comunal), especialmente, em países de grande extensão territorial como o Brasil.

Palavras-chave: globalização, descentralização, cultura local, ensino superior, município

---

<sup>1</sup> Pós-doutora em Políticas Públicas para o Ensino Superior, doutora e mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduada em Letras (PUCCAMP) e Pedagogia, é advogada e pesquisadora associada no Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPs) da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Esta pesquisa é parte integrante de um projeto mais amplo, pós-doutoral, sobre As IMES, realizado (2009/2010) no Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo. Com agradecimentos à [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo](#) (Fapesp) pelo financiamento do Projeto: n. 2008/09712-5 Disponível em: [www.fapesp.br/](http://www.fapesp.br/) Acesso: 02/12/2010.

## INTRODUÇÃO

A globalização não é uma ideologia, mas “um processo objetivo de estruturação conjunta”, que atinge a economia, as sociedades, as instituições e as culturas, não significando um todo uniforme ou indiferenciado e, sim, a articulação global de processos locais. Assim, economia global não implica que toda atividade econômica seja global, mas que pode funcionar a partir de centros de comando globalizados, passando obrigatoriamente pela economia local. (Castells, 2005, p. 13). O autor enuncia que: os problemas globais não podem ser geridos em nível nacional, configura-se deste modo uma crise de representatividade do Estado nacional, a menos que este construa sua identidade sobre princípios plurais. Castells (2005, p. 1) adverte ainda, para a relação de equilíbrio entre a globalização e a revalorização das identidades culturais locais, que fazem parte da construção da personalidade dos sujeitos e cuja perda significa um risco para a própria identidade.

Globalização não significa apenas mundialização da economia. Esta existiu desde o século XVI, quando a Europa se expandiu para as colônias e seu comércio marítimo para o Oriente. O que caracteriza a economia globalizada são as atividades “em escala planetária e em tempo real, entre as quais se destacam as estratégias de inovação e a importância do conhecimento, “altamente portátil”, o que o torna especialmente adequado à globalização.” (Carnoy, 2005, p. 2).

O debate, inevitavelmente, traz opiniões diversas sobre o conceito e as conseqüências da globalização e pode implicar uma nova interpretação do próprio conceito de educação, e a função que ela deve desempenhar junto à sociedade denominada “sociedade do conhecimento.” Para Lucchesi (2011, p. 34) “uma nova ordem mundial pressupõe uma nova ordem educacional.” Para que a integração econômica e política global/local seja bem sucedida, ela necessita da integração da educação, especialmente no ensino superior, *locus* da produção do conhecimento, contribuindo para a transformação social.

A superação das fronteiras dos Estados nacionais não resulta apenas de um esforço consciente e dirigido para fortalecer grupos de nações, formando blocos, unidades

políticas transnacionais, que possibilitam a cooperação, respeitando a diversidade, mas, também, a desestruturação e re-estruturação dos espaços nacionais, que levará em conta "o poder econômico e político de cada um deles e a diversidade das sociedades, culturas e histórias" (Rapoport, 1997 apud Lucchesi, 2008, p.51).

Appadurai (1966) entende que a nação-estado está em crise e sugere que se "pense além da nação", por um protocolo de soberania, que substitui a territorialidade pela "translocalidade" (apud Zubaid, 2008, p. 1). Para o autor, a 'diáspora' dos públicos e suas esferas públicas relacionam-se às existentes atualmente, ou aos novos nacionalismos que exigem ainda mais atenção do que se podia dar na modernidade. "Considero que, hoje o nacionalismo não está inoperante, embora as nações-estados estejam sitiadas em toda parte por crises da soberania e da legalidade interna" (1999)<sup>3</sup>

Para Carnoy (2005), "o aumento da demanda pela educação superior é resultado da exigência de níveis mais elevados de educação e da melhor remuneração obtida pelos que têm formação superior." (apud Lucchesi, 2011). Da antiguidade até à metade do século XX, o ensino superior era destinado apenas à elite social, econômica e intelectual. Hoje, as necessidades exigem que uma parcela maior da população economicamente ativa tenha concluído este e mais graus de ensino, para tanto, impõe-se **uma agenda de democratização** no acesso ao ensino superior, especialmente nos países em desenvolvimento.

Este cenário global trouxe como consequência para o ensino superior dos países emergentes um elemento novo na questão da democratização do acesso, que se configura na demanda por expansão quantitativa e qualitativa.

Nesse contexto, analisar as IMES<sup>4</sup> constitui-se em pesquisa relevante, pois, em menor número e geralmente situadas no interior do Estado, têm sido pouco investigadas. No Estado de São Paulo, as IMES contribuíram significativamente para a interiorização e acesso ao ensino superior, pois se instalaram em regiões em que não havia ensino superior privado. Ainda hoje, poucas IMES se encontram na Grande São Paulo.

---

<sup>3</sup> Tradução livre da autora.

<sup>4</sup> IMES neste trabalho engloba todas as Instituições criadas ou transformadas por lei municipal, independente da categoria jurídica, supervisionadas pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Os Institutos Isolados de Ensino Superior foram criados como unidades e referenciados como "OS IMES". Para este trabalho, em virtude das diversas categorias acadêmicas em que foram transformados, optamos por denominá-los "AS IMES"

O objetivo deste trabalho é apresentar uma pesquisa sobre as IMES<sup>5</sup> do Estado de São Paulo, pretendendo, na interação entre a teoria, os dados e a evidência, compreendê-las no contexto do ensino superior global/nacional/local, em uma perspectiva comparada.

Este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar situam-se os teóricos da globalização e a revalorização das identidades culturais locais; a seguir apresentam-se as referências teóricas e metodológicas em uma perspectiva comparada; na sequência é evidenciado o contexto de municipalidade como a articulação da “glocalização” (Tourinán López,2004) e outros; a seguir o sistema de educação no Brasil e a inserção das Instituições Municipais de Ensino Superior no Estado de São Paulo, supervisionadas pelo Conselho Estadual de Educação de 1999 a 2007, recorte do período deste estudo, a pesquisa quantitativa comparando-se os dados de Brasil e São Paulo e as matrículas por categoria administrativa,e, finalizando o texto, são apresentadas algumas considerações a respeito do tema investigado.

## **REFERÊNCIAS TEÓRICAS e METODOLÓGICAS**

Como afirma Carvalho (2008, p.16), a superação das fronteiras nacionais justifica o surgimento de estudos sobre políticas públicas para a educação que comparem dados e realidades em âmbito internacional. Como nenhum país, hoje, está isolado, a agenda de políticas públicas para a educação de cada nação-estado precisa considerar que seus cidadãos deverão atuar globalmente, o que exige uma formação adequada para o global/local.

Assim, segundo Carvalho (2008, p. 16), a análise do nacional deve inserir-se em um processo mais abrangente. Se, ao longo da história, sobretudo moderna, sempre se buscaram modelos e inspirações fora dos limites nacionais, atualmente, é preciso

---

<sup>5</sup> Este é o recorte da pesquisa mais ampla e pretende retratar a situação das IMES no Estado de São Paulo, na transição do século XX para o XXI.

compreender a dinâmica da inserção local no internacional, passando pelo regional e nacional.

Para a autora, o método comparativo não deve ser superficial, retratando apenas os dados visíveis, mas deve aprofundar-se na compreensão das estruturas e dinâmicas sistêmicas, incluindo os aspectos históricos, materiais e culturais envolvidos na concretização do ser social, como ideias, teorias e concepções educacionais. O conteúdo social é construído por meio das relações entre os membros da sociedade, como resultado dos inúmeros interesses e necessidades de cada um, que podem ser conflitantes, exigindo a criação de algo novo por meio da negociação. As relações entre pessoas, grupos, sociedades e nações, bem como “as ambiguidades, os conflitos e as contradições entre as forças nacionais e supranacionais” precisam ser considerados na análise do processo de globalização e seus impactos sobre a educação dos diferentes países. Como tal processo “não é homogêneo,” também não pode sê-lo a reformulação dos sistemas educativos.

Para Bonitatibus (1989, p. 76), a análise comparativa da educação na sociedade global deve ser local e regional, destacando a singularidade “regionalista, localista, voltada para o estudo dos grupos” e das identidades locais.

Esta pesquisa, de natureza quantitativa e qualitativa, regional/local, utiliza dados de fontes oficiais, federais (INEP-MEC) e estaduais (Conselho Estadual de Educação de São Paulo). Pelo método comparativo, coteja e cruza os dados de fontes oficiais para montar tabelas e gráficos que resultaram em informações inéditas. A pesquisa bibliográfica foi essencial para as análises e a comparação entre as políticas públicas para a educação superior do Brasil com as políticas públicas locais. A pesquisa documental fundamentou tanto os dados quantitativos quanto as análises qualitativas.

Articulando a experiência nacional e local com a teoria internacional que aborda essa questão, como referencial teórico, a pesquisa partiu dos estudos realizados pelos seguintes autores Appadurai (1996) Castells (2005), Bobbio (1992), Touriñán López (2004) e Carnoy (2005), Appadurai(1996) e o conceito de “translocalidades”, Bobbio (1992) foi um dos primeiros teóricos a defender a importância do município na sociedade globalizada, afirmando que as ações da cidadania se tornam concretas no município. Nesta mesma linha de pensamento, mas indo além, Touriñán (2004) fala em

“glocalização”, ou seja, a relação entre a cultura global e a cultura local, a sociedade globalizada e a importância dos laços mais próximos. Carnoy (2005) também aborda a influência da globalização nos novos caminhos para o desenvolvimento da educação superior.

## **O ENSINO SUPERIOR MUNICIPAL NO MUNDO GLOBALIZADO**

Segundo Touriñán (2004, p. 35), o fortalecimento dos laços das comunidades mais próximas e menores é o reverso da globalização, uma revalorização da cultura local, “glocalización”, o que possibilita a manutenção da identidade dos povos.

É nesse contexto de municipalidade como a articulação entre o local e o global, passando pelo nacional, que analisaremos o papel das IMES no Estado mais populoso e com maior renda *per capita* do Brasil. Mais rica das unidades federativas, São Paulo também figura entre os estados com alto Índice de Desenvolvimento Humano, sendo superado apenas por Santa Catarina e pelo Distrito Federal. Responsável por mais de 31% do PIB do país, São Paulo legitima seu status de "motor econômico" do Brasil por possuir melhor infraestrutura, mão de obra qualificada, fabricar produtos de alta tecnologia, além de abrigar o maior parque industrial e a maior produção econômica. (Estado de São Paulo. Portal do Governo do Estado de São Paulo)<sup>6</sup>.

Souza (1999), referindo-se a Portugal, ressalta que o município é um dos pilares da democracia e que por essa razão devem as instituições municipais de ensino ter maior participação e autonomia. Trata-se de descentralizar, distribuir as decisões sobre a educação para os vários centros de poder, sobretudo ao município. Daí a importância das IMES, que representam a sociedade local e investem no desenvolvimento do ensino superior.

Nóvoa, (1998, apud Carvalho, 2008, p. 13) menciona estudos sobre a relação entre a educação e o processo de globalização e como as culturas locais se apropriam da cultura global. Nessa direção, esta pesquisa ressalta os aspectos políticos e geoeducacionais que levaram à criação e crescimento das IMES do Estado de São Paulo.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/> acesso 15/08/10

Para Bobbio (1992, p. 25), a cidadania é apenas uma abstração em nível nacional, concretizando-se no município.

Martins (2000) alerta para o fato de que o crescimento do ensino superior, no Brasil, deu-se de forma diversificada. No início da década de 1960, havia aproximadamente 100 instituições de ensino superior, geralmente pequenas, localizadas nas Capitais e “voltadas basicamente para atividades de transmissão do conhecimento, com um corpo docente fracamente profissionalizado”. Era um ensino elitista que abrigava menos de 100 mil estudantes, com predominância quase absoluta do sexo masculino, oriundos das classes mais altas. Desse quadro, passou-se a uma rede complexa de instituições diversificadas em tamanho e forma de organização. Esse processo permitiu a incorporação de outros grupos sociais, com significativa participação feminina e ingresso dos “trabalhadores-alunos”, ou seja, aqueles que, já ocupando um lugar no mundo do trabalho, desejavam prosseguir seus estudos.

....é oportuno indagar sobre o que as políticas locais e a gestão escolar têm a ver com “o governo da educação e a constituição de seus espaços públicos de aprendizagem e de construção e socialização do conhecimento”? MUITO... Por certo, a esfera local é o espaço por excelência onde cidadãos e cidadãs exercem protagonismo como seres de direitos e de deveres. É, pois, nesse âmbito que o governo da educação ganha sentido e se fortalece. (Vieira, 2010, p.10)

## **A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

A educação superior no Brasil envolve o sistema federal, sujeito ao Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação (CNE), e os sistemas estaduais, regidos pelas Secretarias de Estado e Conselhos Estaduais de Educação (CEEs) (Lucchesi, 2009, p.1).

O sistema de ensino é o conjunto de normas legais, instituições, supervisão e controle e regras institucionais, **um todo orgânico**, que abrange os três níveis de organização pública: federal, estadual e municipal. Os sistemas têm liberdade relativa, estando sujeitos à Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96).

O sistema federal exerce sua autoridade sobre todas as instituições privadas, universidades e escolas federais e os sistemas estaduais, sobre as instituições de educação superior públicas, estaduais e municipais (Lucchesi, 2009, p. 2).

O subsistema municipal não mantém relações institucionais com os demais, nem possui instrumentos internos de intercâmbio e integração entre as diferentes instituições, as quais estão sob a égide de seus próprios municípios. A única instância governamental a que estão subordinadas é o Conselho Estadual de Educação, responsável pelo credenciamento e supervisão, reconhecimento e renovação dos cursos dos três subsistemas estaduais, não constituindo um órgão de coordenação e formulação de políticas, as quais são determinadas pelos governos federal e estadual. Nesse quadro, São Paulo constitui uma exceção, com sua rede de IMES bem maior do que em outros Estados da Federação.

As IMES, criadas ou transformadas por lei municipal, após a LDBN de 1961, incluem-se em três categorias jurídicas: autarquia municipal, fundação de direito público (municipal) ou fundação de direito privado (municipal).

### **A PESQUISA: Comparação do Ensino Municipal no Quadro do Ensino Superior Paulista e Brasileiro no Período 1999-2007**

Como o percentual de ensino superior particular do Estado de São Paulo já era significativamente maior que o do resto do Brasil, houve maior possibilidade de expansão no período estudado, embora, em São Paulo, tal aumento tenha sido suprido pelo ensino particular, com proporcional diminuição do ensino público.

Embora a situação do Estado de São Paulo seja melhor que do restante do País, no que se refere ao número de alunos matriculados e taxas de inclusão no ensino superior, ainda “é insatisfatória, em comparação com os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Como a taxa de crescimento do Estado é menor que do resto do Brasil, a tendência é de queda.” (Durham; Simonis, 2006).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> In: Durham, Eunice R. e Simonis, A. O Ensino Superior no Estado de São Paulo in: Indicadores de Ciência e Tecnologia. 2000 a 2006. São Paulo, FAPESP (no prelo)



**Tabela 1. Taxas de Matrículas bruta e líquida no ensino superior do Estado de São Paulo 1999, 2002, 2006, 2007.<sup>8</sup>**

Ano	Área geográfica	População <sup>1</sup>	População 18 a 24 anos <sup>2</sup> (a)	Nº matrículas (b)	Matrículas da população de 18 a 24 anos <sup>2</sup> (c)	Taxa bruta de matrícula (b/a, %)	Taxa líquida de matrícula (c/a, %)
1999	São Paulo	35.816.740	4.807.219	740.113	467.494	15,40	9,72
	Brasil	163.947.554	21.147.094	2.369.945	1.553.863	11,21	7,35
2002	São Paulo	38.177.742	5.074.348	988.696	649.304	19,48	12,80
	Brasil	174.632.960	23.098.462	3.479.913	2.271.118	15,07	9,83
2006	São Paulo	41.055.434	5.202.987	1.268.976	851.000	24,39	16,36
	Brasil	186.770.562	24.285.150	4.676.646	3.091.000	19,26	12,73
2007	São Paulo	40.416.492	4.895.560	1.346.621	871.355	27,51	17,80
	Brasil	188.028.891	23.644.615	4.880.381	3.110.109	20,64	13,15
<b>Taxa de crescimento (%)</b>							
1999-2002	São Paulo	6,59	5,56	33,59	38,89	26,55	31,58
	Brasil	6,52	9,23	46,84	46,16	34,43	33,81
2002-2006	São Paulo	7,54	2,54	28,35	31,06	25,18	27,82
	Brasil	6,95	5,14	34,39	36,10	27,82	29,45

(1) Estimativa da população residente em 1º de Julho do ano em questão.

(2) Dados da PNAD

Fonte: Microdados do Censo do Ensino Superior (INEP) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD/IBGE)

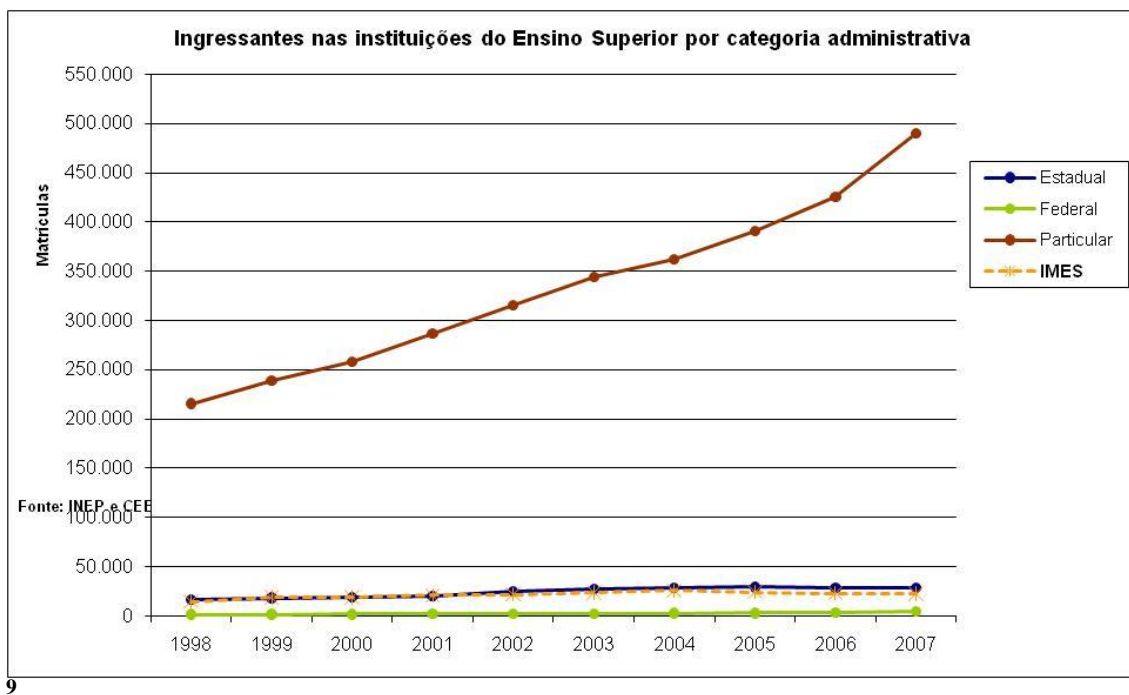
Observe-se que, os percentuais de matrículas cresceram nos dois períodos (1999-2002) e (2002-2006), sendo que as taxas líquidas cresceram mais do que as brutas no período 1999-2006 e em proporções quase equivalentes entre 2002 e 2006.

Entre 2001 e 2003, observa-se maior crescimento, passando as matrículas de 2.999.282 a 3.827.315. A partir de 2003 e até 2007 (último ano contemplado na Tabela 1), ocorre decréscimo no ritmo de crescimento.

O Censo da Educação Superior de 2007 (dados de 2006), publicado pelo INEP/MEC, mostra, em todo o Brasil, 2.281 instituições de educação superior, 23.488 cursos e 4.880.381 estudantes, dos quais 1.481.955 são ingressantes.

### **Gráfico 1. Número de ingressantes em São Paulo por categoria administrativa (sem CET e FaT)**

<sup>8</sup> Idem.



9

O número total de alunos das IMES cresce entre 1998 e 2004, mas decai nos últimos três anos estudados nesta pesquisa, o que também ocorre nas universidades, Faculdades isoladas, escolas e institutos, não nos centros universitários e Faculdades integradas.

O crescimento das IMES no período, embora significativo, não se equipara ao das instituições privadas, que dobraram seu número de alunos, como comentam Lucchesi e Malanga (2010, p. 36): “A educação superior a partir da década de 70 foi profundamente transformada, sobressaindo a crescente presença do setor privado<sup>10</sup> que passou a ser predominante em relação ao setor público”. Já as federais, apenas em 2005, passaram a apresentar pequeno crescimento.

As IMES e instituições estaduais têm crescimento pequeno e constante, levemente mais significativo nos quatro primeiros anos, não participando do crescimento das instituições particulares tampouco das públicas, retomado a partir de 2005, o que pode ser atribuído a seu caráter peculiar de instituições públicas, que não se beneficiam de programas nacionais e, sobretudo, porque, a partir da Constituição de 1988, não se pode

<sup>9</sup> Elaborado pela autora.

<sup>10</sup> Número de estudantes nas IES brasileiras em 2005: privada 3.211.928, pública 1.148.009

costrar mensalidades. Assim, seu crescimento fica limitado à ampliação do número de vagas, com poucas condições de criar novos cursos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de globalização apresenta-se como uma realidade irreversível. A “agenda global” está inserida em uma visão de mundo que, de acordo com Castells (2005, p. 13), é “um processo objetivo de estruturação conjunta”, que atinge a economia, as sociedades, as instituições e as culturas, não significando um todo uniforme ou indiferenciado e, sim, a articulação global de processos locais. Nessa ótica, sua força sobre a reformulação dos sistemas educativos dos diferentes países, e no interior destes, também não o é, dependendo das relações entre o local e o global, processo denominado por Touriñán (2004 ) de “glocalización”, o que possibilita a manutenção da identidade dos povos.

Nesse contexto, analisar o impacto das IMES no Estado de São Paulo torna-se tarefa relevante, pois estas ocupam lugar cada vez mais destacado, tanto em razão da valorização do município diante do movimento de globalização como da crescente oferta de ensino superior, cada vez mais necessária na sociedade globalizada.

Entretanto, apesar de sua contribuição à expansão e interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo, falta ainda às IMES investimento na qualidade do ensino, na institucionalização da pesquisa, na atualização permanente do corpo docente, para melhorar seu conceito e conseqüentemente sua contribuição na comunidade onde se insere, bem como políticas públicas que permitam a continuidade de seu apoio à região geoeeducacional e desenvolvimento regional, finalidade para a qual foram criadas a partir da segunda metade do século XX.

Por sua extensão territorial, o Brasil é especialmente adequado à expansão do ensino superior municipal e o Estado de São Paulo, por sua relevância econômica e cultural, pode propor o crescimento e viabilidade dessas instituições, desde que procurem atender às necessidades da nova agenda educacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Appadurai, Arjun(1999) "Modernity at Large" Interview by Anette Baldauf and Christian Hoeller. *translocation\_new media/art*. Disponível em: <[http://www.appadurai.com/interviews\\_baldauf.htm](http://www.appadurai.com/interviews_baldauf.htm) > acesso em: 12/10/2009.

Appadurai, Arjun. (1996) Sovereignty without territoriality: notes for a postnational geography. In *The geography of identity*. P. Yaeger, ed. Pp. 40-58. Ann Arbor, Michigan: the University of Michigan Press

BOBBIO, Norberto. 1992. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

BONITATIBUS, Suely Grant.(1989) *Educação Comparada. Conceito, Evolução e Método*. São Paulo: EPU.

CARNOY, Martin. 2005. Globalization, educational trends and the open society. OSI Education Conference 2005: *Education and Open Society: A Critical Look at New Perspectives and Demands*. Education Support Program. Available at: [http://www.soros.org/initiatives/esp/articles\\_publications/articles/globalization\\_20060217/carnoy\\_english.pdf](http://www.soros.org/initiatives/esp/articles_publications/articles/globalization_20060217/carnoy_english.pdf) Accessed: 06/13/2007

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves.(2008) NOVAS PERSPECTIVAS PARA OS ESTUDOS COMPARADOS EM EDUCAÇÃO. In: *Anais. 4º Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada*. 2008 na PUCRS. [http://www.pucrs.br/sbec/evt\\_2008.php](http://www.pucrs.br/sbec/evt_2008.php)

CASTELLS, M.(2005) Globalización e identidad in Dossier- *QUADERNS DE LA MEDITERRÀNIA*, 5 Los valores hoy. 5.[ Instituto Europeodel Mediterráneo]Disponível em: <http://www.iemed.org/publicacions/quaderns/5/ecastells> . acesso 10/03/2011

DURHAM, Eunice Ribeiro; SIMONIS, Adilson.(2006) Educação. In: DURHAM. Eunice Ribeiro; SIMONIS, Adilson (orgs.). *Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo -*. São Paulo: FAPESP; Núcleo de Políticas Públicas da USP (NUPPs), (no prelo).

FERNANDES, António Sousa.(1999).Descentralização educativa e intervenção municipal. *Noesis, nº 50, abr/jun, dossier*. Disponível em: <http://www.dgidec.minedu.pt/inovbasic/edicoes/noe/noe50/dossier2.htm> Acesso em: 16/06/2009.

FRANCO, Maria Ciavatta.(1992) Estudos comparados em educação na América Latina, uma discussão teórico-metodológica a partir da questão do outro. In: FRANCO, Maria Ap<sup>a</sup> Ciavatta (org.). *Estudos Comparados e educação na América Latina*. São Paulo. Livros Tatu/Cortez, p. 13-35.

LUCCHESI, Martha A. S.(2011) La Universidad Internacional en América Latina: un Nuevo Paradigma para el Siglo XXI. *Form. Univ.*, La Serena, v. 4, n. 1. Disponible en < [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-50062011000100005&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50062011000100005&lng=es&nrm=iso) >. accedido en 11 mayo 2011. doi: 10.4067/S0718-50062011000100005.

\_\_\_\_\_ (2009) Public policies for higher education in Brazil: theory and evidence within the system. In: *European Educational Research Association c/o Freie Universität Berlin, Berlin*, v. 1, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.eera-ecer.eu/ecer-programmes/search-programmes/>> acesso em 10/10/2009.

\_\_\_\_\_ (2008) Education and Social Policy in Brazil: Alternatives to Higher Education. *The International Journal of Interdisciplinary Social Sciences*<sup>JCR</sup>, v. v.3, p. 49-58.

LUCCHESI, M.A.S. ; [MALANGA, Eliana B.](#) (2010) . Perceptions of higher education in Brazil in the first decade of the third millennium. *US-China Education Review*<sup>JCR</sup>, v. 7, p. 31-44. Disponível em: <http://www.teacher.org.cn/edu200901..htm>; acesso em: 20/10/2010.

MARTINS, Carlos Benedito. (2000). O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em Perspectiva [São Paulo in Perspective]*, v. 14, n. 1, São Paulo, jan/mar. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000100006&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000100006&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso: 07/08/2009.

Vieira, Sofia Lerche. (2010) Poder Local e Educação no Brasil: dimensões e tensões. in: *Anais; Colóquio "Autonomia e Controle Local na Gestão da Escola Básica". I Congresso Ibero-Brasileiro de Política e Administração da Educação. VI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. IV Congresso do Fórum Português de Administração Educacional*. Elvas, Portugal, 29 de abril.

Touriñán LJM. (2004) Interculturalismo, globalidad y localidad: estrategias de encuentro para la educación. *Revista de Pedagogía*.; 56(1):25-47 [Número monográfico. XIII Congreso Nacional y II Iberoamericano de Pedagogía. La educación en contextos multiculturales: diversidad e identidad].

Zubaidi, Layla Al. (2008) Biographies: *Arjun Appadurai*. Disponível em: <[http://www.indiana.edu/~wanthro/theory\\_pages/Appadurai.htm](http://www.indiana.edu/~wanthro/theory_pages/Appadurai.htm)> (July 13, 2008) acesso em: 12/10/2009.